

**RODOLFO KRONENBERG HARTMANN**

**CURSO COMPLETO DO  
NOVO  
PROCESSO CIVIL**

Prefácio do Ministro Luiz Fux

**6ª edição**, revista e atualizada pela EC nº 103/2019 – Reforma da Previdência

- ✓ Teoria geral do processo
- ✓ Processo de conhecimento
- ✓ Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária
- ✓ Cumprimento de sentença e execução
- ✓ Recursos cíveis, ações autônomas e incidentes nos tribunais
- ✓ As disposições finais do NCPC
- ✓ Juizados Especiais e a teoria geral do processo coletivo



Niterói, RJ

2020



© 2020, Editora Impetus Ltda.

## **Editora Impetus Ltda.**

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

### **Conselho Editorial:**

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA  
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO  
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL  
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES  
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO  
VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

PROJETO GRÁFICO: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA. | EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORACÃO ELETRÔNICA: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA.

CAPA: EDITORA IMPETUS LTDA.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: CARMEM BECKER

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

Data de fechamento da edição: 04/03/2020

---

---

H333c

Hartmann, Rodolfo Kronenberg

Curso completo do novo processo civil 6. ed / Rodolfo  
Kronenberg Hartmann. – Niterói, RJ: Impetus, 2020.

896 p.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86044-10-2

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDD – 347.8105

---

---

### **O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

[www.impetus.com.br](http://www.impetus.com.br)

# SUMÁRIO

## PARTE I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>Capítulo 1 – Denominação, relações do direito processual com outros ramos do direito e sua divisão.....</b>	<b>3</b>
1.1. Denominação.....	3
1.2. Relações do Direito Processual com outros ramos do Direito .....	3
1.3. Divisão do direito processual: a teoria geral do processo civil, penal e do trabalho .....	4
<b>Capítulo 2 – Normas jurídicas processuais .....</b>	<b>6</b>
2.1. Fontes normativas do Direito Processual Civil .....	6
2.1.1. Princípios .....	9
2.1.1.1. Princípios constitucionais .....	10
2.1.1.1.1. Princípio do devido processo legal.....	10
2.1.1.1.2. Princípio que garante o livre acesso à Justiça .....	11
2.1.1.1.3. Princípio do juiz natural .....	13
2.1.1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	13
2.1.1.1.5. Princípio da isonomia .....	15
2.1.1.1.6. Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	16
2.1.1.1.7. Princípio da duração razoável do processo .....	19
2.1.1.2. Princípios gerais de direito .....	21
2.1.2. Regras jurídicas.....	21
2.1.2.1. As normas fundamentais do CPC .....	22
2.2. Interpretação das normas jurídicas de direito processual civil .....	23
2.3. Lei processual no tempo e no espaço .....	24

<b>Capítulo 3 – Jurisdição .....</b>	<b>28</b>
3.1. Introdução .....	28
3.2. Características da jurisdição .....	29
3.2.1. Princípio da congruência, da correlação ou da adstrição .....	30
3.3. Espécies de jurisdição .....	31
3.3.1. Jurisdição penal ou não penal .....	31
3.3.2. Jurisdição de instância superior ou inferior .....	31
3.3.3. Jurisdição comum ou especial .....	31
3.3.4. Jurisdição de direito ou de equidade .....	32
3.3.5. Jurisdição contenciosa ou voluntária .....	32
3.4. Equivalentes jurisdicionais .....	34
3.4.1. Autotutela, autocomposição, conciliação e mediação .....	34
3.4.2. A arbitragem .....	35
3.4.2.1. Introdução .....	35
3.4.2.2. Convenção de arbitragem, cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	36
3.4.2.3. O árbitro .....	38
3.4.2.4. O procedimento arbitral .....	38
3.4.2.5. Homologação de sentença arbitral estrangeira .....	41
<b>Capítulo 4 – Competência e estrutura do Poder Judiciário .....</b>	<b>42</b>
4.1. Conceito e natureza jurídica .....	42
4.2. Princípios reitores .....	43
4.2.1. Princípio da <i>perpetuatio iurisdictionis</i> .....	44
4.2.2. Princípio da competência sobre a competência .....	44
4.3. Critérios para identificar o órgão jurisdicional competente .....	44
4.3.1. Jurisdição interna e internacional .....	46
4.3.1.1. Jurisdição interna e a presença de um Estado estrangeiro ou organismo internacional em um dos polos da relação jurídica processual .....	48
4.3.1.2. Jurisdição interna e a homologação de decisão estrangeira .....	50
4.3.1.2.1. Introdução .....	50
4.3.1.2.2. Casuística envolvendo idênticas ações no Brasil e no Exterior .....	50
4.3.1.2.3. Atos que podem ser homologados .....	51
4.3.1.2.4. Procedimento .....	52
4.3.1.2.5. A decisão homologatória .....	53
4.3.1.2.6. A execução da decisão que homologou a decisão estrangeira .....	54
4.3.2. Competência de Justiça .....	55
4.3.2.1. Justiça Federal .....	55
4.3.2.2. Justiça do Trabalho .....	61

4.3.2.3.	Justiça Eleitoral .....	62
4.3.2.4.	Justiça Militar .....	63
4.3.2.5.	Justiça Estadual.....	63
4.3.2.5.1.	Hipóteses de delegação da competência da Justiça Federal em prol da Justiça Estadual .....	64
4.4.	Competência absoluta, relativa e concorrente .....	65
4.5.	Regras pormenorizadas sobre a competência.....	68
4.6.	Questões pontuais sobre a competência .....	68
4.6.1.	Possibilidade de pronunciar a incompetência relativa de ofício em cláusula abusiva de eleição de foro .....	68
4.6.2.	Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual .....	70
4.6.3.	Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual.....	71
4.6.4.	Competência do Juízo Regional .....	72
4.7.	Causas de modificação da competência: conexão e continência .....	72
4.7.1.	Reunião de processos e o art. 55, § 3º .....	76
4.8.	Conflito de competência.....	77
<b>Capítulo 5 – Ação .....</b>		<b>80</b>
5.1.	Conceito e considerações iniciais.....	80
5.2.	Teorias sobre o direito de ação .....	81
5.3.	As condições da ação .....	82
5.4.	Questões pontuais sobre a teoria eclética e as condições da ação .....	84
5.4.1.	O CPC e a permanência das condições da ação.....	85
5.4.2.	Consequência da ausência de condições da ação.....	86
5.4.3.	Necessidade ou não de comprovação das condições da ação – teoria da asserção.....	86
5.4.4.	A dificuldade em analisar quando se trata da ausência de condição da ação ou quando é o próprio mérito que está sendo enfrentado – crítica à teoria eclética.....	87
5.4.5.	Momento processual adequado para a verificação das condições da ação ..88	
5.4.6.	Preclusão ou não para o magistrado que já analisou a presença das condições da ação .....	89
5.4.7.	Síntese sobre a teoria eclética e as condições da ação .....	91
5.5.	Elementos da ação.....	92
5.6.	Desistência da ação .....	93
5.7.	Concurso e cumulação de ações.....	94
<b>Capítulo 6 – Processo .....</b>		<b>96</b>
6.1.	Conceito .....	96
6.2.	Natureza jurídica .....	96

6.3.	Objeto do processo civil, penal e do trabalho .....	98
6.4.	Pressupostos processuais.....	99
6.4.1.	Pressupostos processuais de existência .....	100
6.4.2.	Pressupostos processuais de validade ou de desenvolvimento .....	101
6.4.2.1.	Capacidade processual.....	101
6.4.3.	Pressupostos processuais negativos .....	104
6.5.	Espécies de processo .....	104
6.6.	Estabilização subjetiva e objetiva do processo .....	106
6.7.	Causas de suspensão e de extinção do processo .....	107
<b>Capítulo 7 – Tutela jurisdicional.....</b>		<b>109</b>
7.1.	Introdução .....	109
7.2.	Classificação quanto ao objetivo do demandante – tutelas materiais.....	110
7.2.1.	Tutelas declaratórias, constitutivas e condenatórias .....	110
7.2.2.	Tutela satisfativa ressarcitória.....	110
7.2.3.	Tutela satisfativa inibitória.....	111
7.2.4.	Tutela cautelar (não satisfativa).....	112
7.3.	Classificação quanto ao gerenciamento do processo pelo magistrado – tutelas processuais .....	113
7.3.1.	Tutela de evidência definitiva.....	113
7.3.1.1.	Improcedência liminar .....	114
7.3.1.2.	Julgamento antecipado do mérito .....	114
7.3.1.3.	Julgamento antecipado parcial do mérito .....	114
7.3.2.	A tutela provisória .....	116
7.3.2.1.	Introdução.....	116
7.3.2.2.	Classificação das tutelas provisórias .....	117
7.3.2.2.1.	Classificação das tutelas provisórias quanto ao momento em que foram requeridas: antecedente ou incidental .....	117
7.3.2.2.2.	Classificação das tutelas provisórias quanto à sua justificativa: de urgência ou de evidência.....	118
7.3.2.3.	Distinção entre tutela provisória de urgência antecipada (satisfativa) e cautelar (não satisfativa).....	118
7.3.2.4.	Requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência .....	119
7.3.2.5.	Concessão e revogação das tutelas provisórias de urgência .....	122
7.3.2.5.1.	Necessidade de requerimento para a concessão das tutelas provisórias de urgência.....	122
7.3.2.5.2.	Concessão das tutelas provisórias de urgência em caráter <i>inaudita altera parte</i> .....	122
7.3.2.5.3.	Momento para a concessão e a possibilidade de tutela provisória de urgência antecipada na própria sentença .....	123

7.3.2.5.4.	Revogação das tutelas provisórias de urgência .....	124
7.3.2.6.	A tutela provisória no procedimento comum e especial.....	125
7.3.2.6.1.	A tutela provisória de urgência antecipada no procedimento comum (art. 303 – art. 304).....	125
7.3.2.6.2.	A tutela provisória de urgência nos procedimentos especiais.....	128
7.3.2.6.3.	A tutela provisória de urgência no contexto do sistema dos Juizados Especiais .....	128
7.3.2.6.4.	Restrição à concessão da tutela provisória de urgência antecipada .....	129
7.3.2.7.	A tutela provisória de urgência cautelar no procedimento comum (art. 305 – art. 310) .....	132
7.3.2.8.	A tutela provisória de evidência (art. 311) .....	133
7.3.3.	A Tutela específica .....	135
7.4.	Fluxogramas .....	136

## **Capítulo 8 – Sujeitos do processo ..... 138**

8.1.	O Magistrado.....	138
8.1.1.	Introdução .....	138
8.1.2.	Neutralidade e imparcialidade do magistrado .....	138
8.1.3.	Impedimento e suspeição do magistrado. Forma de Arguição .....	139
8.1.4.	Poderes e deveres do magistrado .....	142
8.2.	Partes principais e partes secundárias .....	144
8.2.1.	Sucessão processual .....	145
8.2.2.	Substituição processual .....	146
8.2.3.	A gratuidade de Justiça .....	147
8.3.	O Ministério Público e a sua atuação processual.....	149
8.3.1.	Ato processual praticado por promotor <i>ad hoc</i> .....	151
8.3.2.	Ausência de intimação do membro do Ministério Público para atuar como fiscal da ordem jurídica .....	152
8.4.	A advocacia privada e a sua atuação processual .....	154
8.4.1.	Ato processual despido de assinatura do advogado ou quando este não possui procuração nos autos.....	155
8.4.2.	Deveres das partes e colaboração processual.....	156
8.5.	A advocacia pública e a sua atuação processual.....	157
8.6.	A defensoria pública e a sua atuação processual .....	158

## **Capítulo 9 – Litisconsórcio..... 160**

9.1.	Introdução e classificação .....	160
9.1.1.	Quanto ao polo processual: ativo, passivo e misto .....	161
9.1.2.	Quanto ao momento de formação: originário e superveniente.....	161
9.1.3.	Quanto à obrigatoriedade ou não de formação: necessário e facultativo....	161

9.1.4.	Quanto à interdependência de atuação dos litisconsortes: unitário e simples ou comum .....	162
9.1.5.	Litisconsórcio multitudinário .....	164
9.2.	Questões pontuais sobre o litisconsórcio necessário e facultativo .....	166
9.2.1.	Possibilidade ou não de inclusão, pelo magistrado, de litisconsorte necessário ausente .....	166
9.2.2.	Consequência processual quando o magistrado percebe a ausência de litisconsorte necessário ao processo .....	166
9.2.3.	Possibilidade ou não da formação de um litisconsórcio ativo necessário ....	167
9.2.4.	Possibilidade ou não de admissão de um litisconsórcio ativo, superveniente e facultativo.....	168
9.3.	Tratamento processual reservado aos litisconsortes .....	168

## **Capítulo 10 – Intervenção de terceiros..... 170**

10.1.	Modalidades de intervenção de terceiros .....	170
10.1.1.	Assistência simples .....	170
10.1.1.1.	Procedimento para ingresso do assistente simples e sua postura processual .....	173
10.1.2.	Assistência litisconsorcial .....	175
10.1.3.	Denúnciação da Lide .....	176
10.1.3.1.	Introdução.....	176
10.1.3.2.	Denúnciação da lide como ação regressiva autônoma.....	176
10.1.3.3.	Denúnciação da lide em regime de litisconsórcio.....	177
10.1.3.4.	Competência .....	179
10.1.3.5.	Legitimados para oferecimento da denúnciação da lide .....	180
10.1.3.6.	Processos e procedimentos que admitem a denúnciação da lide ..	180
10.1.3.7.	Hipóteses de cabimento .....	181
10.1.3.7.1.	Denúnciação da lide realizada pelo Estado em desfavor do seu agente público .....	183
10.1.3.8.	Processamento da denúnciação da lide .....	184
10.1.3.8.1.	Sentença julgando procedente o pedido originário e também aquele formulado na denúnciação da lide.....	185
10.1.3.8.2.	Sentença julgando procedente o pedido originário e improcedente aquele formulado na denúnciação da lide.....	185
10.1.3.8.3.	Sentença julgando improcedente o pedido originário e reflexo para a denúnciação da lide .....	185
10.1.3.9.	Denúnciação da lide sucessiva e <i>per saltum</i> .....	187
10.1.4.	Chamamento ao processo .....	188
10.1.4.1.	Chamamento ao processo e o art. 1.698 do CC .....	191
10.1.5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	192



10.1.6. <i>Amicus curiae</i> .....	194
10.1.7. Recurso interposto por terceiro.....	198
10.1.8. Outras participações de terceiros no processo.....	200
10.1.8.1. Intervenção anômala (art. 5º, Lei nº 9.469/97) .....	200
10.1.8.2. Arguição por preferência (art. 908) .....	201

<b>Capítulo 11 – Atos e negócios processuais .....</b>	<b>203</b>
11.1. Introdução .....	203
11.2. Princípios .....	204
11.2.1. Princípio da liberdade de forma dos atos processuais .....	204
11.2.2. Princípio da documentação.....	204
11.2.3. Princípio da publicidade.....	205
11.3. Atos processuais praticados pelo magistrado, serventários e pelas partes .....	206
11.3.1. Atos praticados pelo magistrado e pelos serventários.....	206
11.3.2. Atos praticados pelas partes.....	207
11.4. Forma dos atos processuais .....	208
11.4.1. Tempo para a prática dos atos processuais.....	208
11.4.2. Do lugar para a prática dos atos processuais.....	209
11.4.3. Prazo para a prática dos atos processuais .....	210
11.4.3.1. Consequências processuais em razão da perda de um prazo: contumácia e preclusão.....	211
11.4.3.2. Classificação dos prazos.....	213
11.4.3.2.1. Prazos legais, convencionais e judiciais .....	213
11.4.3.2.2. Prazos comuns e particulares.....	213
11.4.3.2.3. Prazos próprios e impróprios .....	213
11.4.3.2.4. Prazos especiais.....	214
11.4.3.2.5. Prazos dilatórios e peremptórios.....	215
11.4.3.3. Contagem dos prazos .....	216
11.4.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos .....	219
11.4.4. Atos processuais praticados por meio eletrônico .....	220
11.5. Os Negócios Processuais .....	221
11.5.1. Introdução .....	221
11.5.2. Situações apontadas como passíveis de gerar negócios processuais.....	223
11.5.2.1. Negócio processual para a modificação do procedimento (art. 190) .....	224
11.5.2.2. Negócio processual para a criação de calendário para a prática de atos processuais (art. 191).....	224
11.5.2.3. Negócio processual para que o saneamento do processo possa ser efetuado pelas próprias partes (art. 357, § 2º).....	225
11.5.2.4. Negócio processual para a inversão do ônus da prova ser realizada pelas próprias partes extrajudicialmente (art. 373, § 4º) .....	226

11.5.2.5. Negócio processual visando à renúncia à impenhorabilidade de bens por convenção entre as partes (art. 833) .....	227
11.5.2.6. Negócio processual visando à renúncia à força executiva do título extrajudicial por convenção processual (art. 785).....	227
11.5.2.7. Negócio processual para dispensar caução em cumprimento provisório de sentença .....	228
11.5.2.8. Negócio processual para não promover cumprimento provisório de sentença .....	228
11.5.2.9. Negócio processual para renúncia prévia ao direito de recorrer ou de produzir provas .....	229
11.5.2.10. Negócio processual para alterar efeito inerente a recurso .....	229
11.5.2.11. Negócio processual para alteração de prazos peremptórios .....	230
11.5.3. Meios para nulificar os negócios processuais .....	231
11.5.4. Algumas impressões sobre o tema .....	232

## **Capítulo 12 – Vícios dos atos processuais .....** 233

12.1. Introdução .....	233
12.2. Princípios reitores .....	234
12.2.1. Princípio da instrumentalidade das formas .....	234
12.2.2. Princípio do prejuízo .....	235
12.2.3. Princípio da causalidade .....	235
12.2.4. Princípio do interesse.....	236
12.3. Espécies de vícios processuais .....	237
12.3.1. Inexistência.....	237
12.3.2. Nulidade absoluta e relativa.....	239
12.3.3. Anulabilidade.....	240
12.3.4. Rescindibilidade.....	240
12.3.5. Irregularidade .....	241

## PARTE II – O PROCESSO DE CONHECIMENTO

### **Capítulo 13 – Processo de conhecimento e o procedimento comum.....** 245

13.1. Processo de conhecimento .....	245
13.2. Distinção entre processo e procedimento .....	245
13.3. Procedimentos existentes .....	246
13.4. Indisponibilidade do procedimento.....	247
13.5. O procedimento comum .....	249
13.6. Fluxograma.....	250

### **Capítulo 14 – Petição inicial.....** 251

14.1. Petição inicial: conceito e requisitos .....	251
14.2. Indicação do Juízo ou Tribunal .....	251

14.3.	Identificação e qualificação das partes .....	252
14.4.	A causa de pedir: os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	253
14.5.	Pedido.....	255
14.5.1.	Pedido implícito .....	257
14.5.2.	Pedido genérico .....	258
14.5.3.	Questões pontuais sobre o pedido de danos morais.....	259
14.5.3.1.	Distinção entre dano moral e dano material .....	259
14.5.3.2.	Distinção entre dano moral e dano estético .....	260
14.5.3.3.	Distinção entre dano moral e mero aborrecimento .....	260
14.5.3.4.	Comprovação dos danos morais .....	261
14.5.3.5.	Pedido de danos morais formulado por pessoa jurídica .....	261
14.5.3.6.	Pedido de danos morais e incidência ou não de imposto de renda sobre o valor eventualmente recebido pelo demandante....	261
14.5.3.7.	Pedido genérico de danos morais.....	261
14.5.3.8.	Pedido genérico de danos morais e valor fixado que frustra as expectativas do demandante – interesse em recorrer .....	263
14.5.3.9.	Pedido certo e determinado de danos morais: valor inferior ao postulado – fixação da sucumbência .....	264
14.5.3.10.	Pedido certo e determinado de danos morais em salários- mínimos .....	265
14.5.3.11.	Correção monetária e juros na sentença que julga procedente pedido de danos morais .....	265
14.5.4.	Pedido relativo à obrigação indivisível.....	266
14.5.5.	Alteração qualitativa ou quantitativa do pedido.....	266
14.5.6.	Cumulação de pedidos.....	266
14.6.	Indicação do valor da causa .....	270
14.7.	Indicação das provas que se pretende produzir .....	270
14.8.	Indicação da opção pela realização ou não da audiência de conciliação e mediação .....	271
14.9.	Indicação do endereço do patrono e assinatura .....	271
14.10.	Requisitos eventuais .....	272
14.11.	Forma da petição inicial: escrita e oral.....	272
14.12.	Documentos indispensáveis para a propositura da demanda .....	272

<b>Capítulo 15 – Propositura da ação e seu juízo inicial: emenda, indeferimento, improcedência liminar ou o despacho liminar de conteúdo positivo .....</b>	<b>274</b>
15.1. Distribuição.....	274
15.2. Possibilidade de emenda da petição inicial.....	278
15.3. Indeferimento da petição inicial .....	278
15.4. A improcedência liminar .....	281
15.5. O despacho liminar de conteúdo positivo.....	283

<b>Capítulo 16 – Comunicação dos atos processuais.....</b>	<b>284</b>
16.1. Comunicação dos atos processuais.....	284
16.2. Citação .....	284
16.2.1. Teoria da aparência.....	285
16.2.2. Modalidades de citação.....	286
16.2.2.1. Citação pela via postal.....	287
16.2.2.2. Citação por oficial de justiça .....	287
16.2.2.3. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório .....	288
16.2.2.4. Citação por meio eletrônico .....	288
16.2.2.5. Citação por edital.....	289
16.2.2.6. Citação por hora certa.....	290
16.2.3. Efeitos da citação.....	291
16.2.3.1. A pronúncia da prescrição de ofício pelo magistrado (art. 487, inc. II) .....	292
16.2.4. Consequências processuais da falta ou da nulidade de citação ao processo.....	294
16.3. Intimação .....	295
16.4. As cartas: precatória, de ordem, arbitral e o pedido de cooperação internacional...296	
16.4.1. Carta precatória .....	297
16.4.2. Carta de ordem.....	298
16.4.3. Carta arbitral .....	298
16.4.4. Pedido de cooperação internacional: auxílio direto e carta rogatória .....	299
 <b>Capítulo 17 – Audiência de conciliação e mediação .....</b>	 <b>302</b>
17.1. Os conciliadores e mediadores .....	302
17.2. A audiência de conciliação e mediação .....	304
17.3. Casuística envolvendo a incompetência do juízo em que audiência será realizada ..305	
 <b>Capítulo 18 – Comportamento do demandado I: reconhecimento do pedido ou inércia .....</b>	 <b>306</b>
18.1. Comportamento do demandado .....	306
18.2. Reconhecimento da procedência do pedido .....	306
18.3. Ausência de resposta do demandado: revelia.....	307
18.3.1. Efeito material da revelia.....	307
18.3.2. Efeito processual da revelia .....	309
18.3.3. Diferença entre contumácia, revelia e ônus da impugnação especificada da prova .....	309
18.3.4. Questões pontuais sobre a revelia .....	311
18.3.4.1. Revelia em desfavor da Fazenda Pública.....	311
18.3.4.2. Revelia nos embargos a execução.....	311
18.3.4.3. Revelia em procedimentos especiais .....	312

<b>Capítulo 19 – Comportamento do demandado II: apresentação de resposta ...</b>	<b>313</b>
19.1. Resposta do demandado .....	313
19.2. Teses defensivas .....	314
19.2.1. Classificação das teses defensivas quanto à possibilidade de seu reconhecimento de ofício pelo magistrado: objeções e exceções .....	314
19.2.2. Classificação das teses defensivas quanto ao tema: materiais (diretas e indiretas) e processuais (dilatórias e peremptórias) .....	314
19.3. Modalidade de resposta: contestação .....	315
19.3.1. Princípio da eventualidade .....	316
19.3.2. Questões prévias na contestação .....	316
19.3.2.1. Questões preliminares e a possibilidade de alterar o polo passivo .....	317
19.3.2.2. Questões prejudiciais .....	318
19.3.3. Consequências da apresentação da contestação .....	319
19.4. Modalidade de resposta: reconvenção .....	320
19.4.1. Distinção entre a reconvenção, o pedido contraposto e as ações dúplices .....	321
19.4.2. Processos e procedimentos que admitem a reconvenção .....	323
19.4.3. Procedimento na reconvenção .....	324
<b>Capítulo 20 – Providências preliminares .....</b>	<b>328</b>
20.1. Providências preliminares .....	328
20.2. Julgamento conforme o estado do processo no sentido da extinção .....	328
20.3. Julgamento antecipado do mérito .....	329
20.4. Julgamento antecipado parcial do mérito .....	330
20.5. O saneamento do processo .....	331
<b>Capítulo 21 – Das provas .....</b>	<b>334</b>
21.1. Teoria Geral das provas .....	334
21.2. Classificação das provas .....	335
21.2.1. Provas típicas e atípicas .....	335
21.2.2. Provas ilícitas .....	336
21.2.2.1. Vedação do uso da prova ilícita por derivação no processo .....	336
21.2.2.2. Uso excepcional de prova ilícita para fundamentar ato decisório .....	336
21.2.3. Prova indiciária .....	337
21.2.4. Prova emprestada .....	338
21.2.5. Prova de fora da terra .....	339
21.2.6. Prova diabólica .....	339
21.3. Objeto da prova .....	339
21.4. Fatos que independem de prova .....	340
21.5. Etapas para a produção da prova .....	342
21.6. Critérios para a valoração da prova .....	343
21.7. Ônus da prova e ônus financeiro da prova .....	344
21.8. Provas em espécie .....	348

21.8.1. Produção antecipada de provas.....	348
21.8.2. Ata notarial.....	349
21.8.3. Depoimento pessoal.....	349
21.8.4. Confissão.....	350
21.8.5. Exibição de documento ou coisa.....	352
21.8.6. Prova documental.....	353
21.8.6.1. Arguição de falsidade do documento.....	354
21.8.7. Documentos eletrônicos.....	355
21.8.8. Prova testemunhal.....	355
21.8.8.1. Incidente de recusa de prova testemunhal.....	359
21.8.9. Prova pericial.....	360
21.8.10. Inspeção judicial.....	362
21.8.11. Intercepção de dados telemáticos e uso desta prova no processo civil.....	363

## **Capítulo 22 – Audiência de instrução e julgamento..... 366**

22.1. Audiência de instrução e julgamento.....	366
22.2. Princípios informativos da AIJ.....	366
22.2.1. Princípio da publicidade.....	367
22.2.2. Princípio da concentração.....	367
22.2.3. Princípio da oralidade.....	367
22.2.4. Princípio da imediatividade.....	367
22.2.5. Princípio da identidade física do juiz.....	368
22.3. Estrutura: abertura, conciliação, instrução, debates orais, sentença e recursos.....	369

## **Capítulo 23 – Sentença ..... 372**

23.1. Sentença.....	372
23.2. Fundamentos da sentença: art. 485 e art. 487.....	373
23.2.1. Princípio da primazia da resolução do mérito.....	377
23.3. Espécies de sentença.....	378
23.3.1. Classificação das sentenças quanto às suas consequências: terminativas e definitivas.....	378
23.3.2. Classificação das sentenças quanto ao seu conteúdo: declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais.....	379
23.3.3. Sentenças determinativas.....	383
23.4. Estrutura da sentença.....	383
23.5. Fixação da sucumbência: honorários e custas.....	386
23.5.1. Critérios para a fixação da sucumbência.....	387
23.5.2. A fixação da sucumbência à luz do art. 85 do CPC.....	389
23.5.3. Sucumbência na cumulação subjetiva de ações (litisconsórcio).....	391
23.5.4. Sucumbência na cumulação objetiva de ações (cumulação de pedidos).....	392
23.5.5. Sucumbência em demandas relativas a dano moral.....	393
23.5.6. Sucumbência e gratuidade de justiça.....	393

23.5.7. Sucumbência no mandado de segurança, na reclamação e <i>habeas data</i> .....	394
23.5.8. Sucumbência na ação civil pública.....	394
23.5.9. Sucumbência na ação popular.....	395
23.5.10. Sucumbência nas causas em que atua a Defensoria Pública.....	395
23.5.11. Sucumbência fixada em sede recursal.....	395
23.6. Vícios na sentença.....	396
23.6.1. Sentença ultra, extra e citra petita.....	397
23.6.2. Sentença condicional.....	399
23.7. Correção da sentença.....	400
23.8. Sentença e a constituição de hipoteca judiciária.....	401
23.9. Sentença levada a protesto.....	401

## **Capítulo 24 – A coisa julgada ..... 402**

24.1. Introdução, desenvolvimento histórico e definição.....	402
24.2. Cognição exercida e atos que podem gerar coisa julgada.....	404
24.3. Distinção entre coisa julgada, preclusão e estabilidade da decisão.....	406
24.4. Classificação da coisa julgada.....	408
24.4.1. Coisa julgada formal, material e soberanamente julgada.....	409
24.4.2. Coisa julgada <i>pro et contra</i> .....	409
24.5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	409
24.6. Limites objetivos da coisa julgada e o art. 503, § 1º.....	412
24.7. Efeitos da coisa julgada: vinculativo, sanatório e preclusivo.....	414
24.8. Questões pontuais sobre a coisa julgada.....	415
24.8.1. A coisa julgada no mandado de segurança.....	416
24.8.2. A coisa julgada nas sentenças determinativas.....	417
24.8.3. A relativização da coisa julgada.....	418
24.8.3.1. Relativização da coisa julgada nas ações de desapropriação.....	419
24.8.3.2. Relativização da coisa julgada nas ações de estado.....	419
24.8.4. A coisa julgada inconstitucional.....	421

## PARTE III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

## **Capítulo 25 – Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa ..... 425**

25.1. Introdução.....	425
25.2. Consignação em pagamento.....	426
25.3. Ação de exigir contas.....	430
25.4. Ações possessórias.....	432
25.5. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares.....	436
25.6. Dissolução parcial de sociedade.....	437
25.7. Inventário e partilha.....	438
25.8. Embargos de terceiros.....	442

25.9. Oposição.....	445
25.10. Habilitação .....	446
25.11. Ações de família .....	447
25.12. Ação monitória .....	448
25.13. Homologação de penhor legal .....	452
25.14. Regulação de avaria grossa .....	453
25.15. Restauração de autos .....	454
25.16. Fluxogramas .....	454
<b>Capítulo 26 – Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....</b>	<b>463</b>
26.1. Introdução .....	463
26.2. Notificação e interpelação .....	465
26.3. Alienação judicial .....	465
26.4. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de União estável e da alteração do regime de bens do matrimônio .....	465
26.5. Testamento e codicilo .....	467
26.6. Herança jacente.....	468
26.7. Bens dos ausentes .....	469
26.8. Coisas vagas .....	469
26.9. Interdição .....	469
26.10. Organização e fiscalização das fundações.....	471
26.11. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo .....	471
<b>PARTE IV – A EXECUÇÃO CIVIL</b>	
<b>Capítulo 27 – Teoria geral da execução.....</b>	<b>475</b>
27.1. Conceito de execução e o seu mérito .....	475
27.2. Unidade de processo e dualidade de ação.....	476
27.3. Características da execução.....	477
27.3.1. Substitutividade.....	477
27.3.2. Definitividade .....	478
27.3.3. Subsidiariedade .....	479
27.4. Princípios da execução .....	479
27.4.1. Princípio da disponibilidade ou do desfecho único .....	479
27.4.2. Princípio do menor sacrifício do executado .....	479
27.4.3. Princípio da realidade ou patrimonialidade .....	480
27.4.4. Princípio da tipicidade .....	480
27.5. Espécies de execução.....	481
27.5.1. Procedimentos executivos existentes.....	481
27.5.2. Execução provisória e definitiva .....	481
27.5.3. Execução completa e incompleta.....	484



<b>Capítulo 28 – Competência na execução.....</b>	<b>485</b>
28.1. Competência para a execução.....	485
28.2. Situações excepcionais envolvendo a competência na execução .....	486
28.3. Competência para o processamento e julgamento dos embargos e da impugnação...488	
<b>Capítulo 29 – Partes e responsabilidade patrimonial.....</b>	<b>489</b>
29.1. Partes principais na execução .....	489
29.2. Litisconsórcio na execução .....	490
29.3. Intervenção de terceiros na execução .....	491
29.4. Estabilidade subjetiva e objetiva na execução .....	493
29.5. Responsabilidade patrimonial primária e secundária .....	494
29.6. Situações em que o executado responde com bens que não mais integram o seu patrimônio.....	496
29.6.1. Fraude de execução .....	496
29.6.2. Fraude a credores .....	499
<b>Capítulo 30 – O título executivo .....</b>	<b>501</b>
30.1. Pressuposto da execução: o título executivo .....	501
30.2. Classificação dos títulos executivos .....	502
30.2.1. Títulos executivos judiciais .....	502
30.2.2. Títulos executivos extrajudiciais .....	506
30.3. Requisitos: certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação constante no título.....	508
30.4. A liquidação da sentença.....	508
30.4.1. A liquidação da sentença penal e daquela proferida em processo coletivo .510	
<b>Capítulo 31 – Procedimento comum para obrigação de pagar .....</b>	<b>512</b>
31.1. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título judicial .....	512
31.1.1. Introdução .....	512
31.1.2. Requerimento .....	512
31.1.3. Deferimento da execução: interrupção da prescrição .....	513
31.1.4. A multa de 10% (art. 523, § 1º) .....	514
31.1.5. Fixação de honorários advocatícios .....	516
31.1.6. Cumprimento do mandado de penhora e avaliação. Incompatibilidade do arresto (art. 830) .....	517
31.1.7. Necessidade ou não de garantia prévia do juízo para o oferecimento da Impugnação .....	517
31.1.8. A impugnação.....	518
31.1.8.1. Natureza jurídica.....	518
31.1.8.2. Diferença entre a impugnação e os embargos .....	518
31.1.8.3. Procedimento na impugnação.....	519
31.1.8.4. Inexigibilidade do título fundado em ato normativo declarado inconstitucional .....	520

31.1.8.5. Decisão da impugnação e recurso.....	522
31.1.9. Fim da execução .....	522
31.2. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título extrajudicial ..	522
31.2.1. Introdução .....	522
31.2.2. Petição inicial, título executivo e planilha.....	523
31.2.3. Deferimento da execução. Interrupção da prescrição.....	524
31.2.4. Fixação de honorários.....	525
31.2.5. Citação. Arresto (art. 830) .....	526
31.2.6. Parcelamento ou moratória legal.....	527
31.2.7. Embargos à execução .....	528
31.2.7.1. Prazo para oferecimento dos embargos.....	529
31.2.7.2. Efeito suspensivo nos embargos .....	530
31.2.7.3. Dispensa de garantia para admissão dos embargos .....	531
31.2.8. Exceção de pré-executividade.....	531
31.2.9. Procedimento nos embargos .....	533
31.2.10.Fim da execução .....	535
31.3. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: penhora .....	535
31.3.1. Conceito e natureza jurídica da penhora .....	535
31.3.2. Nomeação dos bens.....	536
31.3.3. Objeto da penhora e possibilidade de renúncia às regras de impenhorabilidade absoluta .....	536
31.3.4. Bens absolutamente e relativamente impenhoráveis.....	539
31.3.5. Efeitos da penhora.....	540
31.3.6. Modificações da penhora.....	540
31.3.7. Depositário dos bens penhorados.....	541
31.3.8. Modalidades de penhora .....	542
31.3.8.1. Penhora em dinheiro ou depósito em instituição financeira (penhora <i>on-line</i> ) .....	542
31.3.8.2. Penhora de créditos.....	543
31.3.8.3. Penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas ..	544
31.3.8.4. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	544
31.3.8.5. Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	544
31.4. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: etapa expropriatória.....	545
31.4.1. Introdução .....	545
31.4.2. Adjudicação .....	546
31.4.3. Alienação por iniciativa particular .....	547
31.4.4. Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial.....	548
31.4.4.1. Atos preparatórios .....	548
31.4.4.2. A licitação .....	549

31.4.4.3.	Assinatura do auto .....	550
31.4.4.4.	Causas de nulidade, ineficácia ou resolução da arrematação.....	550
31.4.4.5.	Forma para reconhecer a nulidade ou ineficácia da arrematação....	551
31.4.4.6.	Evicção e vício redibitório no bem arrematado .....	551
31.4.5.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	552
31.5.	Fluxogramas .....	553
<b>Capítulo 32 – Suspensão e extinção da execução .....</b>		<b>556</b>
32.1.	Introdução .....	556
32.2.	Hipóteses de suspensão da execução .....	556
32.3.	Sentença e coisa julgada na execução.....	559
32.4.	Hipóteses de extinção da execução .....	560
32.5.	Sistema recursal na execução .....	561
<b>Capítulo 33 – Procedimentos especiais para obrigação de pagar .....</b>		<b>562</b>
33.1.	Execução em face da Fazenda Pública .....	562
33.1.1.	Introdução .....	562
33.1.2.	Título executivo .....	562
33.1.3.	Legitimidade passiva .....	563
33.1.4.	Execução provisória e definitiva em face da Fazenda Pública.....	563
33.1.5.	Cumprimento de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	564
33.1.6.	Execução por título extrajudicial que reconheça obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	566
33.1.7.	Requisição do pagamento .....	567
33.1.8.	A efetivação do pagamento pela Fazenda Pública.....	569
33.1.9.	O sequestro.....	570
33.2.	Execução fiscal .....	572
33.2.1.	Introdução .....	572
33.2.2.	Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio .....	572
33.2.3.	Adequação da via eleita .....	573
33.2.4.	O título executivo: a certidão da dívida ativa.....	573
33.2.5.	O despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo .....	574
33.2.6.	Citação na execução fiscal.....	576
33.2.7.	Parcelamento ou moratória legal .....	576
33.2.8.	Garantia do juízo .....	576
33.2.9.	Necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos .....	577
33.2.10.	Embargos do executado e ação anulatória .....	578
33.2.11.	Etapas expropriatória .....	580
33.2.12.	Suspensão do processo e prescrição .....	580
33.2.13.	Desistência e sucumbência .....	580
33.2.14.	Sistemática recursal .....	581

33.3.	Execução por quantia certa em face de devedor insolvente: insolvência civil.....	582
33.3.1.	Introdução .....	582
33.3.2.	Competência.....	583
33.3.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	583
33.3.4.	Procedimento instaurado pelo devedor ou pelo espólio .....	585
33.3.5.	Procedimento instaurado pelo credor quirografário .....	585
33.3.6.	Início da execução coletiva .....	587
33.3.7.	Habilitação dos créditos.....	587
33.3.8.	Desenvolvimento e fim da execução coletiva .....	589
33.4.	Execução de obrigação de prestar alimentos.....	590
33.4.1.	Verba alimentar .....	590
33.4.2.	Competência, legitimidade ativa e passiva na execução por alimentos.....	591
33.4.3.	Procedimento comum para o cumprimento de decisão de alimentos.....	592
33.4.4.	Procedimento especial para o cumprimento de decisão de alimentos.....	594
33.4.5.	Procedimento especial para a execução de alimentos em título executivo extrajudicial .....	596
33.4.6.	Constituição de capital .....	597
33.5.	Fluxogramas .....	598

## **Capítulo 34 – Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa..... 603**

34.1.	Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo judicial.....	603
34.1.1.	Introdução .....	603
34.1.2.	Meios executivos .....	604
34.1.3.	As <i>astreintes</i> .....	605
34.1.4.	Procedimento para cumprimento de sentença .....	610
34.2.	Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo extrajudicial.....	612
34.2.1.	Execução autônoma para a entrega de coisa certa.....	612
34.2.2.	Execução autônoma para a entrega de coisa incerta.....	614
34.2.3.	Execução autônoma para obrigação de fazer .....	614
34.2.4.	Execução autônoma para obrigação de não fazer .....	616
34.3.	Fluxogramas .....	617

## **PARTE V – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

### **Capítulo 35 – Teoria geral dos precedentes judiciais e a ordem dos processos nos tribunais ..... 623**

35.1.	A teoria geral dos precedentes judiciais .....	623
35.2.	Da ordem dos processos no tribunal.....	627

35.2.1. Distribuição ou registro.....	627
35.2.2. Atribuições do Relator: proferir decisão monocrática, convalidação dos vícios, iniciativa probatória e o pedido de vistas.....	627
35.2.3. Processamento no dia da sessão: sustentação oral, exposição dos votos e a técnica de julgamento para os casos de decisão não unânime ....	629

<b>Capítulo 36 – Teoria geral dos recursos .....</b>	<b>632</b>
36.1. Conceito e justificativa .....	632
36.2. Objetivo do recurso.....	633
36.3. <i>Error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i> .....	634
36.4. Distinção em relação à ação autônoma de impugnação.....	635
36.5. Distinção em relação aos sucedâneos recursais.....	636
36.6. Distinção em relação à remessa necessária .....	636
36.7. Decisões sujeitas e não sujeitas a recursos .....	638
36.7.1. Acórdão do Pleno do STF que nega o reconhecimento de repercussão geral em sede de REXTR .....	640
36.7.2. Sentença terminativa proferida em sede de Juizado Especial Federal.....	640
36.7.3. Decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial Estadual ..	640
36.8. Princípios .....	641
36.8.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	642
36.8.2. Princípio da taxatividade .....	643
36.8.3. Princípio que veda a reforma para pior.....	644
36.8.3.1. Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandante.....	644
36.8.3.2. Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandado .....	645
36.8.3.3. Sentença definitiva de procedência parcial do pedido, impugnada exclusivamente pelo demandante e a possibilidade de o Tribunal pronunciar ou não de ofício a prescrição .....	645
36.8.3.4. Recurso interposto por uma das partes e decisão mantida pelo Tribunal, embora com modificação do fundamento (art. 1.013, § 2º) .....	646
36.8.4. Princípio da singularidade, unicidade ou unirrecorribilidade.....	647
36.8.5. Princípio da fungibilidade .....	648
36.8.6. Princípio da variabilidade.....	649
36.9. Classificação dos recursos .....	649
36.9.1. Recurso total e recurso parcial.....	650
36.9.2. Recurso de fundamentação vinculada e de fundamentação livre .....	650
36.9.3. Recurso ordinário e recurso extraordinário .....	650
36.9.4. Recurso interposto na modalidade autônoma ou adesiva .....	651
36.10. Desistência e renúncia do recurso. Aquiescência da decisão.....	653

<b>Capítulo 37 – Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos .....</b>	<b>655</b>
37.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	655
37.2. Requisitos de admissibilidade do recurso .....	656
37.2.1. Legitimidade.....	656
37.2.2. Interesse em recorrer .....	657
37.2.3. Cabimento do recurso.....	657
37.2.4. Tempestividade .....	658
37.2.5. Preparo .....	660
37.2.6. Regularidade formal .....	662
37.3. Consequências da inadmissibilidade de um recurso .....	662
37.4. Consequências da admissibilidade de um recurso.....	663
37.4.1. Juízo de retratação .....	663
37.4.2. Efeitos do recurso .....	664
37.4.2.1. Regressivo.....	664
37.4.2.2. Devolutivo.....	665
37.4.2.2.1. Devolutivo na extensão e na profundidade .....	665
37.4.2.2.2. Art. 1.013, § 1º.....	666
37.4.2.2.3. Art. 1.013, § 2º .....	667
37.4.2.2.4. Art. 1.013, § 3º – Teoria da causa madura .....	668
37.4.2.3. Translativo.....	670
37.4.2.4. Suspensivo e ativo.....	670
37.4.2.5. Expansivo subjetivo.....	672
37.4.2.6. Expansivo objetivo .....	673
37.4.2.7. Infringentes ou modificativos.....	674
37.4.2.8. Substitutivo.....	675
37.4.2.9. Obstativo.....	675
<b>Capítulo 38 – Recursos em espécie .....</b>	<b>676</b>
38.1. As espécies recursais .....	676
38.2. Recurso de apelação.....	676
38.2.1. Introdução .....	676
38.2.2. Casos em que uma sentença não comporta recurso de apelação.....	676
38.2.2.1. Sentença proferida em sede de Juizado Especial – recurso inominado.....	677
38.2.2.2. Sentença que decreta a falência – agravo de instrumento .....	677
38.2.2.3. Sentença de primeira instância em processo que envolve Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional – recurso ordinário.....	677
38.2.2.4. Sentença proferida em execução fiscal de alçada – embargos infringentes.....	678
38.2.3. Casos em que o recurso de apelação impugna ato decisório que não é sentença .....	678

38.2.4.	Efeitos do recurso de apelação .....	680
38.2.5.	Processamento da apelação em primeira instância .....	680
38.2.6.	Processamento da apelação em segunda instância .....	683
38.3.	Agravo de instrumento .....	685
38.4.	Agravo interno.....	692
38.5.	Embargos de declaração.....	695
38.5.1.	Hipóteses de cabimento.....	695
38.5.2.	Processamento.....	697
38.6.	Recurso ordinário.....	700
38.6.1.	Hipóteses de cabimento.....	700
38.6.2.	Processamento.....	702
38.7.	Recurso extraordinário e recurso especial .....	702
38.7.1.	Hipóteses de cabimento para o recurso extraordinário.....	704
38.7.2.	Hipóteses de cabimento para o recurso especial .....	705
38.7.3.	Requisitos de admissibilidade comuns.....	705
38.7.3.1.	Exaurimento ou esgotamento das vias recursais.....	706
38.7.3.2.	Tempestividade .....	706
38.7.3.3.	Prequestionamento .....	707
38.7.4.	Requisitos de admissibilidade específicos.....	709
38.7.4.1.	Repercussão geral .....	709
38.7.4.2.	Violação frontal e direta ao texto constitucional.....	711
38.7.4.3.	Comprovação da divergência .....	713
38.7.5.	Procedimento.....	714
38.7.5.1.	Interposição e não recebimento .....	714
38.7.5.2.	Interposição e recebimento. Recursos não repetitivos. Efeitos .....	715
38.7.5.3.	Interposição e recebimento. Recursos repetitivos.....	717
38.7.5.4.	Extinção do recurso especial e do recurso extraordinário retidos (art. 542, § 3º, CPC-73).....	720
38.8.	Agravo ao Tribunal Superior (agravo nos próprios autos) .....	721
38.9.	Embargos de divergência.....	722
38.10.	Fluxogramas .....	724

## **Capítulo 39 – Ações autônomas de impugnação nos tribunais..... 732**

39.1.	Ações autônomas de impugnação nos tribunais.....	732
39.2.	Ação rescisória.....	732
39.2.1.	Introdução .....	732
39.2.2.	Vício da rescindibilidade e decisões judiciais que podem ser rescindidas .....	733
39.2.3.	Competência.....	735
39.2.4.	Prazo para ajuizamento .....	737
39.2.4.1.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando o recurso anterior não tiver sido conhecido .....	737

39.2.4.2.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando se tratar de decisão objetivamente complexa (mais de um capítulo), sem que todos sejam impugnados .....	739
39.2.4.3.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em simulação ou colusão das partes (art. 966, inc. III) .....	741
39.2.4.4.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em prova nova (art. 966, inc. VII) .....	741
39.2.4.5.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em violação à norma jurídica (art. 966, inc. V), após o STF declarar a inconstitucionalidade da lei em que tiver se baseado a decisão de mérito, com efeito retroativo .....	742
39.2.5.	Legitimidade para o ajuizamento da ação rescisória .....	743
39.2.6.	Hipóteses que autorizam o ajuizamento da ação rescisória (rescindibilidades) .....	745
39.2.6.1.	Juiz peitado (art. 966, inc. I) .....	745
39.2.6.2.	Incompetência absoluta do juízo e magistrado impedido (art. 966, inc. II) .....	746
39.2.6.3.	Colusão, simulação, coação ou dolo da parte vencedora (art. 966, inc. III) .....	747
39.2.6.4.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, inc. IV) .....	748
39.2.6.5.	Violação manifesta à norma jurídica (art. 966, inc. V) .....	749
39.2.6.6.	Decisão proferida com base em prova falsa (art. 966, inc. VI) .....	750
39.2.6.7.	Juntada de prova nova (art. 966, inc. VII) .....	751
39.2.6.8.	Decisão proferida com erro de fato (art. 966, inc. VIII) .....	751
39.2.6.9.	Outras rescindibilidades (art. 658) .....	752
39.2.7.	Procedimento para a ação rescisória .....	753
39.2.7.1.	Petição inicial e caução .....	753
39.2.7.2.	Despacho liminar de conteúdo negativo .....	754
39.2.7.3.	Despacho liminar de conteúdo positivo .....	754
39.2.7.4.	Efeito suspensivo e a concessão de tutela provisória .....	754
39.2.7.5.	Defesa do demandado .....	755
39.2.7.6.	Instrução processual e etapa superveniente .....	756
39.2.7.7.	Decisão e recursos .....	756
39.2.8.	Distinção entre a ação rescisória, a ação anulatória e a <i>querella nullitatis</i> ..	757
39.3.	Reclamação .....	758
39.4.	Fluxograma .....	761
<b>Capítulo 40 – Incidentes nos tribunais .....</b>		<b>762</b>
40.1.	Incidentes nos Tribunais – breve explanação .....	762
40.2.	Incidente de assunção da competência .....	762
40.3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	764
40.4.	Do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) .....	767



40.5.	Incidente de suspensão da segurança ou da tutela provisória de urgência .....	769
40.5.1.	Introdução .....	769
40.5.2.	Legitimidade para o requerimento.....	770
40.5.3.	Competência para a decisão.....	771
40.5.4.	Procedimento.....	771
40.5.5.	Reclamação, agravo de instrumento e SS simultâneos .....	773
40.5.6.	Reclamação, apelação e SS simultâneos.....	774
40.6.	Fluxograma.....	775

PARTE VI – AS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DO CPC, O MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS  
ESPECIAIS E A TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO

<b>Capítulo 41 – As disposições finais e transitórias do CPC.....</b>	<b>779</b>
41.1. Introdução .....	779
41.2. Art. 1.045 .....	779
41.3. Art. 1.046 .....	779
41.4. Art. 1.047 .....	780
41.5. Art. 1.048 .....	780
41.6. Art. 1.049 .....	781
41.7. Art. 1.050 .....	781
41.8. Art. 1.051 .....	782
41.9. Art. 1.052 .....	782
41.10. Art. 1.053 .....	782
41.11. Art. 1.054 .....	783
41.12. Art. 1.055 (VETADO) .....	783
41.13. Art. 1.056 .....	784
41.14. Art. 1.057 .....	784
41.15. Art. 1.058 .....	784
41.16. Art. 1.059 .....	785
41.17. Art. 1.060 .....	785
41.18. Art. 1.061 .....	785
41.19. Art. 1.062 .....	786
41.20. Art. 1.063 .....	786
41.21. Art. 1.064 .....	786
41.22. Art. 1.065 .....	787
41.23. Art. 1.066 .....	787
41.24. Art. 1.067 .....	787
41.25. Art. 1.068 .....	788
41.26. Art. 1.069 .....	788
41.27. Art. 1.070 .....	789
41.28. Art. 1.071 .....	789
41.29. Art. 1.072 .....	791

<b>Capítulo 42 – O microsistema dos juizados especiais .....</b>	<b>794</b>
42.1. Introdução .....	794
42.2. Procedimento sumaríssimo .....	794
42.3. Critérios adotados nos juizados especiais .....	795
42.4. Competência nos juizados especiais .....	795
42.4.1. Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual .....	797
42.4.2. Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual .....	797
42.4.3. Conflito de competência entre Juízo Cível e Juizado Especial .....	797
42.5. Legitimação ativa e capacidade postulatória .....	798
42.6. Legitimação passiva .....	799
42.7. Intervenção de terceiros e participação do Ministério Público .....	799
42.8. Petição inicial e procedimento padrão .....	800
42.9. Indeferimento da petição inicial ou a improcedência liminar .....	801
42.10. Tutela provisória de urgência .....	802
42.11. Citação .....	804
42.12. Atos processuais .....	804
42.13. Audiência de conciliação .....	805
42.14. Resposta do réu .....	805
42.15. Inversão do ônus da prova .....	806
42.16. Audiência de instrução e julgamento .....	806
42.17. A sentença .....	807
42.18. Recursos, ações autônomas de impugnação e incidentes .....	809
42.18.1. Embargos de declaração .....	809
42.18.2. Recurso inominado, agravo interno, recurso extraordinário e agravo aos tribunais superiores .....	809
42.18.3. Mandado de segurança, ação rescisória e reclamação .....	810
42.18.4. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal .....	812
42.19. A execução por quantia certa nos Juizados Especiais .....	812
42.19.1. Execução por quantia certa no Juizado Especial Estadual .....	812
42.19.2. Execução por quantia certa no Juizado Especial Federal e Fazendário .....	814
42.19.3. Execução de obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa nos Juizados Especiais .....	815
 <b>Capítulo 43 – Teoria geral do processo coletivo .....</b>	 <b>817</b>
43.1. Introdução .....	817
43.2. Princípios reitores do processo coletivo .....	819
43.3. Competência .....	819
43.4. Legitimidade ativa .....	820
43.5. Legitimação passiva: possibilidade de ação coletiva passiva .....	823
43.6. Os procedimentos coletivos .....	823

43.7. Litispêndênciã entre processos coletivos .....	824
43.8. Litispêndênciã entre processos coletivo e individual.....	825
43.9. Processamento: concessão de tutelas provisórias de urgência, meios executivos e o uso do processo coletivo para instaurar um controle difuso de constitucionalidade .....	826
43.10. A sentença no processo coletivo.....	827
43.11. Liquidação da sentença coletiva e fixação dos juros moratórios .....	828
43.12. A coisa julgada no processo coletivo .....	828
43.12.1. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	829
43.12.2. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> ou <i>in utilibus</i> .....	830
43.12.3. Os limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas.....	831
43.13. Execução da sentença coletiva .....	832
<b>Bibliografia .....</b>	<b>834</b>